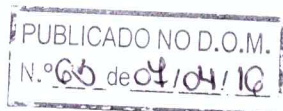




MUNICÍPIO DE CURITIBA



Contrato nº 22358 que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CURITIBA** e a empresa **C.M.G. SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.**

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio 29 de Março, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal da Educação **ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO**, CPF/MF nº 859.869.509-25 na qualidade de Ordenadora de Despesas e assistida pelo Secretário Municipal de Obras Públicas **SERGIO LUIZ ANTONIASSE**, CPF/MF nº 234.074.929-87, e, de outro lado, a empresa **C.M.G. SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ/MF nº 03.300.683/0001-90 com sede na Rodovia dos Minérios, nº 750-A, PR 092, Bairro Taboão, nesta Capital, neste ato representada por **MARCOS AURÉLIO GOMES DA SILVA**, CPF/MF nº 881.474.019-49, tendo em vista o contido no Processo nº 01-125093/2015-SME, acordam firmar o presente contrato, obedecidas as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 438/2015 e as condições expressas na Lei n.º 8.666/93, e alterações subsequentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente por objeto a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos Faróis do Saber e Núcleos Regionais da Educação do Boqueirão, Portão e Santa Felicidade, pertencentes à Secretaria Municipal da Educação – Curitiba – Paraná, em conformidade com o edital de Pregão Eletrônico nº 438/2015 e anexos, bem como da proposta da **CONTRATADA**, datada de 06/01/2016, os quais passam a fazer parte deste Contrato como se nele estivessem integral e expressamente reproduzidos.

Parágrafo Primeiro

O presente instrumento contratual será regido pelas condições expressas no edital de Pregão Eletrônico nº 438/2015-SME, bem como pelas disposições da Lei n.º 8.666/93 com alterações subsequentes e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto contratado deverá ser executado no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da respectiva Ordem de Serviço, expedida pela Coordenadoria de Obras e Projetos da Secretaria Municipal da Educação, podendo ser prorrogado se acordos as partes e atendidos os requisitos legais.



MUNICÍPIO DE CURITIBA

Parágrafo Único

O prazo de vigência do presente contrato será de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado se acordos as partes, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os serviços ora contratados serão executados pelo regime de empreitada por preço unitário, no valor de R\$ 721.685,00 (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), quantia esta que abrange todas as especificações, quantitativos, valores unitário e global, conforme definido nos respectivos projetos sendo os pagamentos efetuados por medição de serviços efetivamente executados.

CLÁUSULA QUARTA

As despesas decorrentes do contrato a ser firmado com a(s) **CONTRATADA** no valor de R\$ 721.685,00 (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais) correrão à(s) conta(s) da(s) dotação(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

09001.12361.0004.2051.339039.0.1.103 (SME)
09001.12361.0004.2051.339039.0.1.104 (SME)
09001.12361.0004.2051.339039.0.1.107 (SME)
09001.12361.0004.2053.339039.0.1.104 (SME)
09001.12361.0004.2053.339039.0.1.107 (SME)
09001.12365.0004.2058.339039.0.1.103 (SME)
09001.12365.0004.2058.339039.0.1.104 (SME)
09001.12365.0004.2058.339039.0.1.107 (SME)
09001.12365.0004.2060.339039.0.1.103 (SME)
09001.12365.0004.2060.339039.0.1.104 (SME)

Parágrafo Único

Para o exercício seguinte, novas dotações orçamentárias deverão ser informadas, tomando-se por base o PPA 2013/2016 e a LOA do ano correspondente.

CLÁUSULA QUINTA

Por ocasião da assinatura do presente contrato, a **CONTRATADA** depositou, a título de caução e como garantia de cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância de R\$ 36.084,25 (Trinta e seis mil oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.



MUNICÍPIO DE CURITIBA

CLÁUSULA SEXTA

Poderá ser realizado reajuste, tendo como base o IPCA acumulado no período, ou revisão a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.192/2001, Acórdão TCU nº 1.563/2004 e artigo 65 da Lei Federal 8.666/93. Na hipótese de os valores serem originários de planilha de composição de custos, a revisão se dará sempre mediante análise das planilhas, para efetiva comprovação de alteração dos preços contratuais. O reajuste será concedido após o decurso de 12 (doze) meses a partir da data da proposta ou, ainda, da data da concessão do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA

Para o Núcleo Regional da Educação do Portão, fica designado como gestor deste processo o servidor Luiz Marcelo Mochenski, matrícula nº 140.413, e como suplente, o servidor Alexander Bonilha Brondani, matrícula nº 102.113, para o exercício das atribuições constantes no Decreto Municipal nº 1.644/2009.

CLÁUSULA OITAVA

A data-base da categoria profissional que representará a maior parcela do custo da mão de obra na execução do objeto é 1º de junho.

CLÁUSULA NONA

Antes de iniciar os trabalhos, objeto deste contrato, a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar ao Gestor do Contrato, cópia dos seguintes documentos:

- I- Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;
- II- Apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA – (NR 9) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), esclarecendo que as orientações e correções apontadas devem ser de conhecimento dos funcionários;
- III- Cópia da Ata da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – onde se discutiu o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- IV- Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – (NR-7); ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) e Mapas de Risco;
- V- Ordens de Serviço sobre Segurança e saúde no trabalho contendo os riscos profissionais que possam ocorrer nos locais de trabalho, os meios para prevenir e limitar tais riscos e os procedimentos a serem adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho com a ciência dos empregados envolvidos na execução da obra ou serviço, conforme item 1.7 da NR 1;



MUNICÍPIO DE CURITIBA

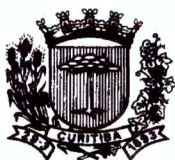
- VI- Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no item 18.28 da NR 18;
- VII- Ficha de controle de fornecimento e recebimento de EPI's com o termo de responsabilidade assinada pelos empregados da empresa;
- VIII- Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 4 e NR 5), com telefone, endereço, etc.,
- IX- Registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT da empresa contratada na Delegacia Regional do Trabalho - DRT, conforme NR4;
- X- Registro profissional dos integrantes do SESMT da empresa nos respectivos órgãos de classe: Médico do Trabalho – CRM, Engenheiro de Segurança do Trabalho – CREA, Técnico de Segurança do Trabalho – TEM;
- XI- Registro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA na Delegacia Regional do Trabalho – DRT;
- XII- Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- XIII- A indicação de uso obrigatório de EPI nos locais de trabalho;
- XIV- Em caso de serviço em altura deverá ser apresentado os exames clínicos complementares dos empregados designados para executar os serviços;

Parágrafo Único

Durante a execução dos Trabalhos, a **CONTRATADA** deverá, quando for o caso, apresentar ao Gestor do Contrato os seguintes documentos:

- I- Em caso de acidente de trabalho, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA;
- II- No caso de acidente, a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização da SMOP e solicitar a perícia no local;
- III- Comprovar a realização dos exames médicos admissionais, demissionais e periódicos;

Handwritten signature and initials in blue ink.



MUNICÍPIO DE CURITIBA

IV- Relatório mensal de Segurança e Medicina do Trabalho, até o segundo dia útil do mês, contendo os seguintes dados: Número de empregados na obra; Número de acidentes pessoais e materiais; Número de homens/horas trabalhadas; Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes; Número de inspeções de segurança realizadas; Número de cursos/treinamentos realizados; Composição do SESMT e da CIPA;

CLÁUSULA DÉCIMA

Se a **CONTRATADA** deixar de executar o serviço por qualquer motivo dentro do prazo de validade das propostas ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, poderão ser aplicadas às penalidades seguintes, facultada defesa prévia do interessado, independente de outras previstas em lei:

I. Advertência.

II. No caso de atraso injustificado na entrega do objeto e/ou na prestação de serviços ou ainda na execução do contrato, multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da contratação, até o prazo máximo de 10 (dez) dias.

III. Vencido o prazo de que trata o inciso II, o empenho poderá ser cancelado ou o contrato rescindido, sem prejuízo das demais sanções previstas.

IV. No caso de inadimplemento do contrato, será aplicada multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

V. As multas de mora e punitiva poderão ser cumuladas.

VI. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

VII. Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Pública, com publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

VIII. A Administração poderá motivadamente aplicar as penalidades estabelecidas em lei e nos Decretos Municipais nºs 1235/03 e 1644/09, independentemente da ordem em que estejam previstas, considerando sempre a gravidade e eventuais prejuízos causados ao erário e os princípios que regem a Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



MUNICÍPIO DE CURITIBA

e) Interromper a prestação dos serviços por mais de 02 (dois) dias consecutivos, sem justo motivo aceito pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Elegem as partes o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento.

E para constar, foi lavrado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Palácio 29 de Março, 16 de março de 2016.


ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO
Secretário Municipal da Educação


MARCOS AURÉLIO GOMES DA SILVA
Contratada


SERGIO LUIZ ANTONIASSE
Secretário Municipal de Obras Públicas


1ª testemunha


DOSEZIA ZENEM
CPF: 870.479.699-34


2ª testemunha


PATRICIA MENDES MAURER
CPF: 872.067.579-87



Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal das Finanças
Departamento de Contabilidade

Comprovante de
Depósito de Títulos

Nº
81/2016

CREDOR

CMG SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - ME

CAUÇÃO REFERENTE A EDITAL Nº

PE/438/2015/SME

R\$

36.084,25 (32.475,83 + 3.608,42)

DEPÓSITO ATRAVÉS DE:

Apólice/ Carta Fiança 997676

Seguradora / Banco Banco Potencial S/A

Emissão 10/03/2016

Vencimento 02/08/2017

Finalidade EXECUÇÃO

D - 7.9.7.2.1.01.01 Recebidos Em Caução

8.9.7.2.1.01.01.04.91 Cmg Serviços de Engenharia Ltda - Me

DATA

14/03/2016

DIVISÃO DE CONTABILIZAÇÃO

Responsável pelo Recebimento e Guarda do Título:

[Assinatura]
Mônica Maria Botelho
14/03/2016 - Curitiba